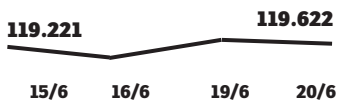
Bolsas

Na terça-feira	Na sexta-feira
0,2% São Paulo	0,72% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias



Dólar

Na terça-feira
R$ 4,796
(+ 0,43%)

Últimos	
14/junho	4,807
15/junho	4,802
16/junho	4,819
19/junho	4,775

Salário mínimo
R$ 1.320

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 5,234

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,64%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61
Maio/2023	0,23

CORREIO DEBATE

REFORMA TRIBUTÁRIA e a indústria

Essa é uma reforma eficaz. É de ciência econômica, faz o Produto Interno Bruto (PIB) crescer, gerar investimento e emprego"

Geraldo Alckmin, presidente da República em exercício

Presidente em exercício e ministro da Indústria, Desenvolvimento, Comércio e Serviços, Geraldo Alkckmin afirma que a reestruturação do sistema de impostos precisa ser aprovada este ano para não sofrer novo adiamento

"Debate está maduro"

» ROSANA HESSEL

Ed Alves/CB/D.A Press



Alckmin, os presidentes do Correio**, Guilherme Machado, da Câmara, Arthur Lira, e do CN-Sesi, Vagner Freitas, na abertura do evento: discussão política e econômica**

A reforma tributária voltou a ganhar corpo e passou a ser uma das prioridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Depois de inúmeras tentativas ao longo das últimas décadas, autoridades, parlamentares e empresários reconhecem que o debate está maduro e é preciso aproveitar o momento atual do país para conseguir, finalmente, iniciar o processo de simplificação do emaranhado de tributos atual. A esperança é adotar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), modelo utilizado nas economias desenvolvidas, que torna o sistema mais transparente para os contribuintes, evitando corrupção e sonegação, e, ao mesmo tempo, dar maior competitividade ao país.

Na avaliação do presidente da República em exercício e ministro da Indústria, Desenvolvimento, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB), é necessário aprovar a reforma tributária, denominada por ele como a "mãe de todas as reformas", ainda neste ano, a fim de evitar um novo adiamento. "Estudos mostram que em 15 anos pode ter um crescimento de 10%, o que passa por uma vocação de investimento muito mais eficiente e com bons resultados para o país. Essa é uma reforma eficaz. É de ciência econômica, faz o Produto Interno Bruto (PIB) crescer, gerar investimento e emprego para ele e a gente poder avançar", afirmou Alckmin, ontem, na abertura do seminário ***Correio*** Debate: Reforma tributária e a Indústria, realizado pelo **Correio Braziliense** em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CN-Sesi). Alckmin ressaltou a importância da simplificação tributária para um IVA único, mas podendo ter diferentes alíquotas, como acontece no modelo europeu. Ele reconheceu que o desafio é grande para que a reforma saia do papel. "Não é fácil. Se fosse fácil, há muito tempo seria feito", acrescentou.

Geraldo Alckmin assumiu a Presidência da República na segunda-feira e ficará no cargo enquanto Lula estiver em viagem à Europa. Ele lembrou que o país crescia 5% ao ano entre as décadas de 1930 e 1970, e chegou a avançar 12% durante os anos 1970, mas, de lá para cá, passou a crescer, em média, 2% ao ano. Essa perda de impulso no PIB, na avaliação dele, está relacionada com a falta de uma reforma tributária, pois o sistema atual se tornou um "manicômio" e é um dos maiores entraves para o crescimento do Brasil, que não conseguiu se tornar um país rico e desenvolvido. "Depois que se fica rico é que fica caro, mas ficamos caro antes de ficarmos ricos, e por isso, o país perdeu competitividade", frisou.

Após ser escanteada pelo governo Bolsonaro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, da Câmara dos Deputados, foi a escolhida para servir de base para o novo texto, que está sendo construído pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Ele incluiu a ideia do IVA dual, previsto na PEC 110/2019, do Senado Federal. Ribeiro participou do primeiro dos três painéis temáticos do seminário e disse que está construindo o debate e "as expectativas são as melhores possíveis".

"O debate está maduro e tem que ser agora, não podemos perder o primeiro ano do mandato", reforçou Alckmin, parafraseando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que falou antes dele na abertura do evento e garantiu que pretende colocar a matéria para votação no plenário da Casa "na primeira semana de julho".

Lira ainda adiantou para a plateia que convidou governadores e técnicos do Ministério da Fazenda para uma reunião na residência oficial da Câmara, amanhã, para que eles contribuam com propostas ao relatório final da reforma. O parlamentar reconheceu que, diante das dificuldades, será impossível fazer a reforma dos sonhos. "Vamos trabalhar pela reforma tributária possível. Ninguém tem a ilusão de fazer a ideal. Vamos fazer a possível", afirmou Lira.

Uma das polêmicas para o consenso para o avanço da reforma está no tamanho do fundo de compensação dos estados. No segundo painel, o secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, sinalizou que o repasse da União para o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional — que compensará os estados por perdas na arrecadação com a reforma — não deve chegar a R$ 50 bilhões.

O presidente em exercício também reconheceu que não existe um único caminho para o país recuperar a competitividade. "Não tem bala de prata, mas passa por uma série de medidas. É preciso simplificar as coisas", destacou Alckmin, citando vários exemplos além da reforma tributária, como desburocratizar os sistemas, ter um câmbio competitivo e ampliar os acordos comerciais.

Na avaliação do presidente do CN-Sesi, Vagner Freitas, que compôs o painel de abertura ao lado de Lira, Alckmin, Freitas e o presidente do **Correio**, Guilherme Machado, a mudança que a reforma tributária pode proporcionar vai deixar a indústria mais competitiva, e, por isso, deve ser uma prioridade "A reforma tributária é o arcabouço de soberania nacional que precisamos para que a reindustrialização seja a âncora de um processo maior de desenvolvimento sustentável e duradouro", afirmou.

Em sua breve fala, Machado reforçou que o **Correio** vem adotando, de forma mais enfática, colocar temas mais relevantes para o país em debate, como é o caso da reforma tributária. "Essa reforma promove a justiça fiscal. Ela simplifica o sistema tributário. Ela estimula a formulação, a formalização e o combate à sonegação."

Ao agradecer o convite do **Correio** para participar do evento, que debateu o desmonte da indústria nacional, porque o setor, hoje, é o mais tributado, Alckmin aproveitou a ocasião para elogiar o trabalho da "boa imprensa" e citou o escritor Victor Hugo que dizia que "o diâmetro da imprensa é o da civilização". "Ela é civilizatória e fortalece a democracia. Este é um momento bom, do diálogo. E quem ouve mais erra menos", completou.

Reforma é essencial para a indústria

» EDLA LULA

O presidente do Conselho Nacional do Sesi (CN-Sesi), Vagner Freitas, citou, na fala de abertura do seminário Reforma Tributária e a Indústria, o bom momento econômico no Brasil para defender a aprovação, antes do recesso parlamentar, do que vem sendo chamado de primeira etapa da reforma tributária. Para ele, é preciso aproveitar esse "momento especial" para reindustrializar o país.

"Para usar uma palavra da moda, a reforma tributária é o arcabouço de soberania nacional de que precisamos, para que a neoindustrialização seja âncora de um processo maior de desenvolvimento sustentável e duradouro", disse ele, fazendo um trocadilho com o arcabouço fiscal, em discussão no Senado.

Freitas enfatizou que o sistema tributário brasileiro é "atrasado e injusto social e economicamente". Ele observou, por exemplo, que, enquanto nos países mais desenvolvidos o consumo ocupa um terço da base de arrecadação, no Brasil ele representa dois terços. "Enquanto a renda e a propriedade aqui (no Brasil) respondem apenas por um terço da arrecadação, naqueles países ela representa dois terços", comentou, afirmando que o desafio colocado ao país é construir um sistema tributário moderno, que deixe o Brasil no mesmo patamar dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do G20 (grupo dos 20 países mais ricos do mundo) em termos tributários.

Ed Alves/CB/D.A Press



Para Vagner Freitas, sistema tributário atual é atrasado e injusto social e economicamente

Para ele, a proposta de reforma tributária apresentada pelo governo representa um avanço em relação ao modelo existente hoje. "Ao propor a junção de um grande número de impostos estaduais e federais em apenas dois tributos, (a reforma) simplifica as operações das empresas, reduz a burocracia, combate a guerra fiscal, que só traz prejuízo à coletividade, e facilita a fiscalização, reduzindo a sonegação e a famigerada corrupção", comentou.

Freitas vê como positiva, também, a criação de um fundo de compensação para os estados que passem a arrecadar menos, "porque garante que o processo de desenvolvimento seja igualitário em todas as regiões, estados e municípios do país". Na opinião do presidente do CN-Sesi, a "grande tarefa" da reforma será a tributação do consumo no estado de destino, porque, com isso, desonera-se a cadeia produtiva. Para ele, a indústria desonerada poderá contar com mais capital para investimentos, ao mesmo tempo em que o consumidor terá mais acesso aos bens produzidos. "Com isso, haverá um círculo virtuoso que nos leva a mais industrialização e mais tecnologia", disse.

Para afirmar que o Brasil vive um bom momento na economia, Vagner Freitas apontou parâmetros como a desaceleração da inflação, a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2% e 2,5%, queda do dólar e o reconhecimento do país no cenário internacional. "Esse momento especial é o ideal para a retomada do desenvolvimento sustentável, social e ambientalmente e com distribuição de renda", completou.